



---

ÁREA TEMÁTICA: Desenvolvimento Sustentável e Ambiente

---

MITOS E REALIDADES: DE VILARINHO DA FURNA À ALDEIA DA LUZ

---

REINO, João Pedro

Mestre em Sociologia Urbana

CEPAD – Centro de Estudos da População Ambiente e Desenvolvimento; TERCUD – Centro de Estudos do Território, Cultura e Desenvolvimento; ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa

[jpreino@gmail.com](mailto:jpreino@gmail.com)

---

DUARTE, Lucinda Coutinho

Mestra em Sociologia

CEPAD – Centro de Estudos da População Ambiente e Desenvolvimento; TERCUD – Centro de Estudos do Território, Cultura e Desenvolvimento; ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa

[lucindaduarte@gmail.com](mailto:lucindaduarte@gmail.com)

---

ANTUNES, Manuel de Azevedo

Professor Associado, Sociologia

CEPAD – Centro de Estudos da População Ambiente e Desenvolvimento; TERCUD – Centro de Estudos do Território, Cultura e Desenvolvimento; ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa, [mantunes@mail.telepac.pt](mailto:mantunes@mail.telepac.pt)

---

### Resumo

Remonta aos finais do século XIX a construção de barragens para a produção de energia eléctrica. Mas o pretensão desenvolvimento para as populações circundantes e/ou deslocalizadas em consequência da construção destes paredões de cimento, na maior parte das situações, não passou de uma ilusão. O “progresso” socioeconómico das povoações que sofreram o impacto da proximidade de uma grande barragem, comprova o mito. A maior parte das vezes, essa construção surge com um carácter inquestionável e incontornável, na medida em que o aproveitamento e armazenamento de água sempre esteve associado a políticas de desenvolvimento, que pouco se preocupavam com os problemas sociais e ambientais, a montante e a jusante das barragens. Em todo o Mundo, a construção de grandes barragens foi sendo feita num crescendo, como uma promessa associada à garantia da solução dos problemas hídricos e energéticos e da falta de progresso/desenvolvimento socioeconómico das regiões. Esse desiderato, deu origem a situações de mobilidade compulsiva de populações, que raramente foram consultadas sobre o real impacto, quer da sua localização, quer da sua dimensão. Em Portugal, de entre os múltiplos exemplos que se poderiam apontar, constituem casos paradigmáticos a barragem de Vilarinho da Furna, dos finais do Estado Novo, e a barragem de Alqueva, construída em plena democracia. Em Vilarinho da Furna, com a submersão da aldeia, a sua gente teve que se fixar em diferentes paragens, com a escassa indemnização que recebeu da então Companhia Portuguesa de Electricidade. Já com a construção da barragem de Alqueva, os habitantes da aldeia da Luz foram deslocalizados para uma nova aldeia construída de raiz, mas, volvidos estes anos, estão longe de vislumbrar a concretização das expectativas criadas em torno do “maior lago artificial da Europa”.

Palavras-chave: Vilarinho da Furna; aldeia da Luz; barragens; Alqueva; desenvolvimento





## 1. Introdução

A domesticação e utilização da água, para múltiplos fins, tem sido uma constante na história da Humanidade. A água desempenha um papel fundamental na Terra, pois ela é o princípio de todas as coisas, a própria fonte geradora de vida. Ao longo dos tempos, adquiriu um estatuto fortemente simbólico, sendo a sua invocação e uso uma constante, quer nos mitos profanos, quer nos mitos religiosos, desde as sociedades mais arcaicas às mais contemporâneas.

Segundo reza a história, a primeira “*represa*” para reter as águas, terá sido construída no Egipto, em 2900 a. C., pelo Faraó Menes, que pretendia abastecer de água a cidade de Mênfis, antiga capital egípcia. Também na antiga Pérsia, (agora Irão), desde o século V a. C., são cavadas galerias nas montanhas, “*ganats*”, para canalizar e armazenar as águas subterrâneas, levando-as, depois, até aos vales (ainda hoje em dia funcionam).

É certo que as barragens, sendo necessárias para uma adequada gestão dos recursos hídricos, podem envolver danos irreversíveis para certas regiões e populações e para o património material e ambiental da sua área de influência, pelo que a sua construção, dimensionamento, exploração e manutenção, devem obedecer a normas e controlos, realizados pelas instituições e organizações devidamente credenciadas, quer nacionais quer internacionais.

Um dos grandes méritos da Directiva-Quadro da Água 2000 consistiu, justamente, no reforço e ênfase do papel-chave dos Estados nas políticas de gestão das suas águas, salvaguardando, à partida, as tradições que, ao longo da história de cada país, foram sendo tecidas e arquitectadas pelas respectivas populações, na tentativa de harmonizar o seu uso sustentável.

No caso português, está muito enraizado na nossa sociedade o conceito de que a água é propriedade comum e um bem público, competindo ao Estado a gestão desse bem. Contudo, desde o século passado, a política adoptada na gestão dos nossos recursos hídricos tem enfatizado o “*interesse nacional*”, esquecendo que, nalguns casos, nem sempre é coincidente com o interesse das populações limítrofes. Com efeito, a relação custo/benefício não terá sido devidamente ponderada nalgumas situações, sobretudo no que diz respeito à contabilização adequada dos impactos sociais e ambientais, que se reflectem, naturalmente, quer a jusante, quer a montante desses empreendimentos para fins hidroeléctricos.

Dois desses casos foram a barragem de Vilarinho da Furna, construída nos anos 70 do século passado, e, mais recentemente, a barragem de Alqueva, no Alentejo, onde a antiga aldeia da Luz foi desmantelada e submersa, para que o maior lago artificial da Europa pudesse expandir as suas águas até à cota prevista.

Em todo o mundo, tem havido enorme controvérsia em relação à construção de grandes barragens, na medida em que começam a ser tidas em linha de conta as alterações físicas, químicas e biológicas da própria água, já para não falarmos na deslocalização compulsiva de populações e consequente degradação ambiental. De acordo com a Comissão Mundial de Barragens, já foram deslocalizados entre 40 a 80 milhões de seres humanos. Só no Brasil, entre 1992 e 2002, foram deslocadas cerca de 80 mil pessoas, de 20 mil famílias. Entre 2003-2012, estima-se em 48 mil pessoas deslocadas pela construção de barragens e 97 mil indirectamente afectadas.

No ano 2000, foi divulgado um relatório intitulado *Barragens e Desenvolvimento: um novo quadro para a tomada de decisões*, da responsabilidade da Comissão Mundial das Barragens<sup>1</sup>, que elencava um vasto conjunto de recomendações para a acção, dirigidas às partes envolvidas, nomeadamente aos Governos, às organizações das pessoas afectadas, às empresas construtoras e às instituições financiadoras. Isto porque se começa a questionar, em todo o Mundo, se o retorno justifica a utilização de tão avultados investimentos, na medida em que, com grande frequência, são sugeridas soluções alternativas menos intrusivas e mais equitativas, do ponto de vista socioeconómico.



## 2. O Caso de Vilarinho da Furna

Vilarinho da Furna era uma pequena aldeia da freguesia de S. João do Campo, situada no extremo nordeste do concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, na Peneda-Gerês.

A sua origem perde-se na bruma dos tempos. Segundo uma tradição oral, transmitida de geração em geração, teria começado a sua existência por ocasião da abertura da célebre estrada da Jeira, um troço da VIA XVIII do Itinerário de Antonino, que de Braga se dirigia a Astorga, num percurso de 240 Kms, e, daqui, a Roma. Estaríamos, segundo a opinião mais provável, pelos anos 70 da nossa era. É possível que alguns dos traços da maneira de viver em Vilarinho se filiassem na cultura dos povos pastores e ganadeiros indo-europeus, provavelmente lá introduzidos por migrações pré-romanas e reforçados pelas invasões suevas. Mas, tudo o que hoje se pode dizer sobre as origens de Vilarinho da Furna, resume-se a um levantar de hipóteses, a um formular de perguntas que pairam no ar, em busca de uma solução que ainda não se divisa.

Todavia, um facto se apresenta incontestável: se não a sua origem romana, pelo menos a sua romanização. Aqui, como noutras partes do império, os romanos chegaram, ocuparam e deixaram rasto. Já lá vão quase dois mil anos!... Passado obscuro, quase sem história, é o passado de Vilarinho da Furna. Não fosse a sua riqueza etnográfica e a construção da barragem que pôs termo à sua existência, e Vilarinho da Furna seria uma aldeia esquecida, anónima como o seu passado, qual pérola perdida na vastidão das serras do Minho. Mas tal não aconteceu, porque os olhos dos etnólogos descobriram em Vilarinho uma relíquia da velha organização comunitária, hoje agonizante, mas outrora muito difundida em toda a Europa. Mesmo sem ser um caso único, o comunitarismo de Vilarinho era, pelo menos, um caso invulgar.

Os traços fundamentais deste sistema comunitário situavam-se ao nível das condições económicas e da organização social.

As condições económicas desta zona têm a ver, essencialmente, com a distribuição/exploração da propriedade. Assim, no que respeita à posse da terra, nesta comunidade rural, deparamos com uma propriedade privada, diferentemente repartida por vários detentores. Mas este tipo de propriedade tinha o seu complemento numa outra propriedade colectiva, constituída pelos logradouros comuns, onde todos apascentavam o gado, roçavam os matos e cortavam lenhas, de acordo com normas previamente definidas e democraticamente aceites.

As actividades económicas de Vilarinho da Furna, desenvolveram-se num quadro típico de organização social, intimamente ligado às condições ambientais. Embora a natureza não exigisse uma única forma de adaptação, a escolhida foi, certamente, das mais adequadas. A base dessa organização assentava na assembleia dos representantes das várias famílias da povoação, que reunia geralmente às Quintas-Feiras, embora o pudesse fazer noutros dias, sobretudo de noite, se assim o exigissem as circunstâncias.

Essa assembleia, que em Vilarinho se chamava Junta, presidida por um Juiz, era herdeira do antigo *conventus publicus vicinorum* (assembleia pública dos vizinhos) do reino visigótico. Era ali que se analisavam os problemas que a todos diziam respeito e se decidia, por vontade expressa da maioria, quais as soluções a adoptar. A Junta era a perfeita expressão da democracia popular.

O Juiz ou Zelador, totalmente independente das autoridades administrativas oficiais, era obrigatoriamente escolhido por um período de seis meses, entre os homens casados da Junta, segundo a lista dos seus casamentos.

Eram muitos e variados os trabalhos que se apresentavam à Junta, periódicos uns, extraordinários outros. Assim, ela tinha que tomar medidas acerca da reparação e abertura de caminhos, organização da vida pastoril, distribuição das águas de rega, divisão dos matos a roçar, madeiras a cortar, montarias aos lobos, marcação das vindimas, etc., etc., e, nos últimos anos da vida de Vilarinho, estabelecer a melhor



estratégia de luta contra a Companhia construtora da barragem, o único inimigo que se lhe apresentou como invencível.

A Companhia construtora chegou e meteu mãos à obra, que foi surgindo progressiva e implacavelmente.

O êxodo do povo de Vilarinho pode localizar-se entre Setembro de 1969 e Outubro de 1970. De um ano dispuseram, pois, os seus habitantes para fazer os seus planos, procurar novas terras e proceder à transferência dos seus móveis.

As 57 famílias ali existentes, ao fixarem-se noutras paragens, investiram maioritariamente na agricultura as parcas indemnizações que receberam da então Companhia Portuguesa de Electricidade. Pelo conjunto de toda a aldeia e respectivos terrenos de cultivo e maninhos, ofereceu a Companhia a quantia de 20.741.607\$00, o que equivale a 5 escudos por metro quadrado (cerca de 2 cêntimos e meio), incluindo as casas. Se excluirmos as habitações e outras construções, foi pago meio escudo por cada metro quadrado, o equivalente ao custo de meia sardinha, a preços da época.

Mas, enfim, tinha chegado o momento da partida e não havia tempo a perder. Cada um procurou levar consigo tudo o que pôde. Os telhados desapareceram de dia para dia. Apenas ficaram as paredes nuas, amortalhadas num espesso manto de neve, progressivamente cobertas pelo mortífero lençol de água.

Os habitantes de Vilarinho fixaram-se nas mais variadas terras dos concelhos de Braga, Viana do Castelo, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Barcelos, Vieira do Minho, Terras de Bouro, etc., onde encontraram novas gentes, novos costumes.

Da vida e recantos da aldeia comunitária não resta mais que um sonho. Sonho que pode ser percepcionado no Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, construído com as próprias casas da aldeia, e que se espera venha a ser um importante Centro de Cultura<sup>ii</sup>.

Apesar da destruição da aldeia, a mudança compulsiva deu origem a uma vida nova para os desenraizados de Vilarinho da Furna. Hoje, essa população está organizada n'**AFURNA -Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna**, criada em Outubro de 1985, que tem por objectivo a valorização e promoção do património cultural, colectivo e/ou comunitário do povo de Vilarinho.

Esse património é fundamentalmente constituído pelas componentes histórico-cultural e socioeconómica. Daí as tarefas e/ou acções a desenvolver nas áreas da cultura, da investigação científica e do desenvolvimento económico-social. O que trará consigo, além do mais, a criação de um pólo de desenvolvimento regional, com benefícios para o próprio país.

A aproximação da construção da barragem, nos finais dos anos sessenta, levou à criação de um programa de salvaguarda do património cultural de Vilarinho, já então mundialmente conhecido. Daí surgiu a ideia da construção do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna. Vários anos se passaram e o Museu, feito com edifícios da aldeia submersa, está finalmente construído, pela Câmara Municipal de Terras de Bouro, segundo projecto dos Arqs. João e Delmira Rosado Correia. No Museu, destacam-se os hábitos e costumes de Vilarinho da Furna, evidenciando as semelhanças e diferenças com outras aldeias da região.

Apesar de fortemente afectado com a barragem, o património de Vilarinho da Furna ainda conta com cerca de 3000 hectares de terrenos, dispersos pelas serras da Amarela e do Gerês. São terrenos comunitários que, devido às lutas contra as investidas dos Serviços Florestais, desde finais do século XIX, acabaram por se transformar numa propriedade privada dos descendentes dos outorgantes, naturais de Vilarinho, que constam de uma escritura de aforamento dos respectivos terrenos, feita pela Câmara Municipal de Terras de Bouro, em 17 de Agosto de 1895.

Os antigos habitantes de Vilarinho da Furna pretendem efectuar um aproveitamento integral desse património, para o que se prevê:



1. A reflorestação dos referidos terrenos, sitos na serra Amarela e no Gerês;
2. A criação de uma reserva faunística;
3. A implementação do Museu Subaquático de Vilarinho da Furna;
4. Um aproveitamento turístico, que defenda e valorize o património ecológico existente

A concretização deste projecto, nas suas diversas componentes, pode transformar esta zona num importante pólo de desenvolvimento sustentável, com inestimáveis benefícios para as populações e para o país, com inegáveis repercussões internacionais<sup>iii</sup>.

### **3. O Caso da aldeia da Luz**

Desde meados do século passado que se estudava a viabilidade de construção de uma barragem no Guadiana, a pretexto da necessidade de abastecimento de água para regadio, no Alentejo<sup>iv</sup>.

Após sucessivos adiamentos, fruto da conjuntura política e dos constrangimentos económicos que Portugal atravessou nas últimas décadas, a barragem de Alqueva foi, finalmente, construída e inaugurada nos princípios de 2002, o que provocou a submersão da aldeia da Luz, com a deslocalização dos seus habitantes para uma nova povoação, situada no Monte da Juliôa e dos Pássaros, a cerca de 2 Kms da povoação original<sup>v</sup>.

Mas, as recordações da antiga aldeia ficaram para sempre na memória e no coração dos que lá viveram, e a adaptação ao novo contexto espacial tem sido um processo lento e complexo, passível de ser analisado cientificamente.

#### **3.1. Problemática**

O principal objectivo deste estudo foi o de apurar uma série de aspectos que se prendem com a adaptabilidade dos habitantes à nova aldeia da Luz, tentando compreender as suas expectativas em relação seu futuro e ao da própria aldeia. Para isso, foi realizado um inquérito, na sequência da análise de documentos e estudos já efectuados, bem como da análise intensiva/extensiva, o que implicou a aplicação de perguntas semi-dirigidas, estruturadas num questionário, distribuído a 173 habitantes, valor para que apontava a selecção da amostra de populações finitas, com um erro máximo admissível de 5,00%.

Esse inquérito teve como alvo as pessoas que habitam na nova aldeia da Luz e que haviam residido na antiga aldeia, com 15 ou mais anos de idade, de ambos os sexos, de forma estratificada.

#### **3.2. Análise dos resultados**

As respostas obtidas foram 78, o que representa uma taxa de retorno de 45,09%, não havendo diferença significativa, nos resultados apurados, entre os dois géneros. No entanto, segundo os dados do Censo de 2001, a população feminina, com 15 e mais anos, representa apenas 46,84% da população total.

Assim, consideramos que os 78 questionários respondidos, correspondentes a 24,68% do universo de 316 habitantes da Luz, com 15 e mais anos, segundo o Censo de 2001, são suficientemente representativos.

No âmbito desta análise, sempre que o total referido não coincide com o número de inquiridos, isso significa que apenas foram tidas em conta as respostas validadas, isto é, dos que efectivamente responderam à respectiva questão.

A pouca adesão dos luzenses a mais um questionário deve-se, em nossa opinião, a um certo cansaço face ao “assédio” de que foram alvo, quer da comunicação social, quer dos muitos curiosos que invadiram a antiga e a nova aldeia, no período que precedeu a mudança e no pós realojamento.

Segundo o último Censo de 2001, a aldeia da Luz tinha 373 habitantes, sendo 203 do sexo masculino e 170 do sexo feminino. No total, menos 27 pessoas do que no Censo de 1991, o que representa uma taxa de



crescimento negativa, da ordem dos - 0,546% ao ano. Curiosamente, em 2001, havia, na Luz, segundo os Censos, mais 3 homens que em 1991.

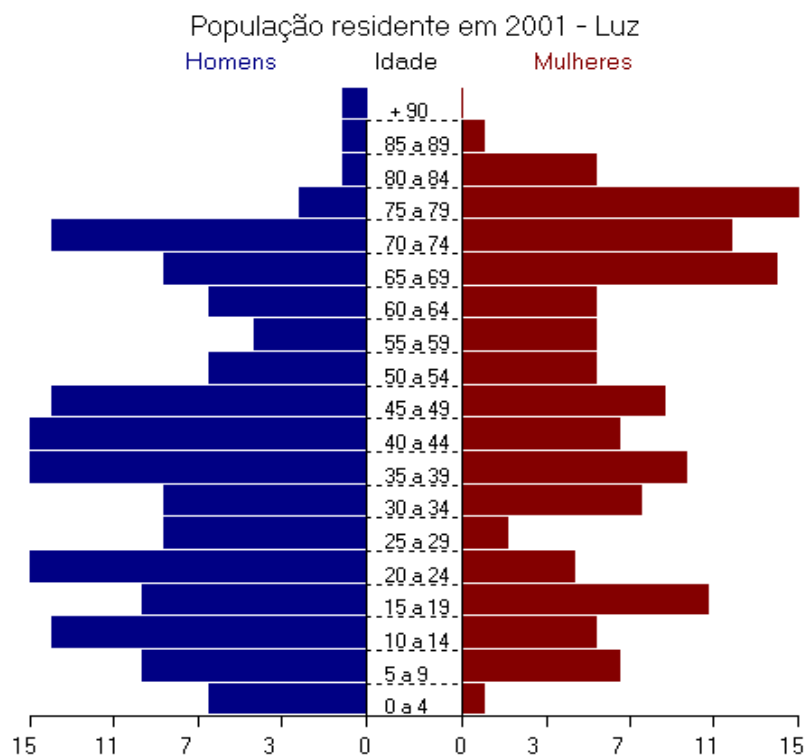
Trata-se de uma população envelhecida, com uma Idade Média e um Índice de Envelhecimento bastante superiores aos de Portugal Continental, conforme se pode verificar pelo Quadro que se segue. Daí que a nossa amostra reflecta essa mesma tendência do envelhecimento da população.

**QUADRO Nº 1**  
**DADOS COMPARATIVOS**

TERRITÓRIO	PARÂMETROS	IDADE MÉDIA	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO
PORTUGAL CONTINENTAL – 2001:			
TOTAL		39,71	104,54
15 + Anos		45,73	
LUZ – 2001:			
TOTAL		43,10	171,93
15 + Anos		49,26	
AMOSTRA (15 + Anos)		51,65	

O GRÁFICO Nº 1 dá-nos conta da Pirâmide Etária da população da Luz, de acordo com o Censo de 2001.

**GRÁFICO Nº 1**



Fonte: INE, Censos 2001 (versão digital).



Relativamente aos inquiridos, a faixa etária predominante é a de 65 e mais anos (33,80%), sendo que 53,30% têm mais de 50 anos, numa amplitude que vai dos 16 aos 95, com uma Idade Média de 51,65 anos e um Desvio Padrão de 21,379.

Nesta amostra, a Idade Média dos Homens é de 50,66 anos, com um Desvio Padrão de 21,857, adentro dos limites de confiança, a 95,00%, de 43,47 a 57,84. Por sua vez, a Idade Média das Mulheres é de 52,62, com o Desvio Padrão de 21,142, e os limites de confiança, também a 95,00%, de 45,76 e 59,47.

Dada a heterogeneidade etária dos participantes, entendeu-se por bem proceder ao seu agrupamento, conforme consta no QUADRO a seguir apresentado, onde aparecem também os valores esperados, resultantes da aplicação do teste do Qui-Quadrado.

**QUADRO Nº 2**  
**GRUPOS ETÁRIOS \* GÉNERO**

GRUPOS ETÁRIOS		GÉNERO DOS INQUIRIDOS		Total
		MASCULINO	FEMININO	
ATÉ 19 ANOS	N Observado	1	4	5
	N Esperado	2,5	2,5	5,0
20-29 ANOS	N Observado	6	3	9
	N Esperado	4,4	4,6	9,0
30-39 ANOS	N Observado	8	5	13
	N Esperado	6,4	6,6	13,0
40-49 ANOS	N Observado	5	4	9
	N Esperado	4,4	4,6	9,0
50-64 ANOS	N Observado	6	9	15
	N Esperado	7,4	7,6	15,0
65 E + ANOS	N Observado	12	14	26
	N Esperado	12,8	13,2	26,0
Total	N Observado	38	39	77
	N Esperado	38,0	39,0	77,0

Da aplicação do Teste do Qui-Quadrado, por simulação de Monte Carlo, com um resultado de Sig. = 0,521, como se mostra no QUADRO Nº 3, é de aceitar a hipótese nula de que não há diferença significativa entre os dados por Género dos inquiridos, tendo em conta os Grupos Etários em análise.

**QUADRO Nº 3**  
**TESTE DO QUI-QUADRADO POR SIMULAÇÃO DE MONTE CARLO**  
**GRUPOS ETÁRIOS \* GÉNERO**

Teste e Nº de Casos	Valor	gl	Monte Carlo Sig. (bidireccional)		
			Sig.	Intervalo de Confiança a 95%	
				Limite Inferior	Limite Superior
Qui-Quadrado de Pearson	4,345	5	0,521	0,511	0,530
N de Casos Válidos	77				

O nível de escolaridade é baixo, predominando o Ensino Básico, com 52,1%. E detecta-se, pelos testes estatísticos aplicados, que há uma diferença significativa entre a escolaridade masculina e a feminina, em função dos escalões considerados. O mesmo acontece quando se compara o nível de escolaridade com os Grupos Etários.

**QUADRO Nº 4  
NÍVEIS DE ESCOLARIDADE**

<b>NÍVEIS</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
NENHUMA ESCOLARIDADE	15	21,1
BÁSICO	37	52,1
SECUNDÁRIO	14	19,7
TÉCNICO-PROFISSIONAL	5	7,0
Total	71	100,0

Quanto à principal actividade dos inquiridos, predominam os trabalhadores por conta de outrem, com 35,1%. Aqui não se detectam diferenças significativas entre os Homens e as Mulheres.

A maioria dos inquiridos considera que o processo de adaptação à nova aldeia e à nova casa foi fácil: 61,8% e 78,9%, respectivamente.

A maior parte (61%) acha que a nova aldeia é esteticamente mais feia que a antiga e que, até ao presente, não houve nenhuma melhoria na sua qualidade de vida (69,3%). No entanto, é de salientar que o convívio entre os residentes parece não ter sofrido grandes oscilações, sendo mais privilegiado o convívio com familiares (72,7%).

Nas redes de sociabilidade, não se constata que os inquiridos manifestem grandes alterações relativas à existente na antiga aldeia, pese, embora, o facto de o “ambiente rural” quase ter desaparecido, quebrando-se, assim, os laços de convivialidade e de permuta de saberes ancestrais.

Relativamente aos laços de entreatajuda, verifica-se que existem a um nível mais básico, no sentido dos cuidados primários, ou seja, não se infere que os inquiridos manifestem vontade de se ajudarem num perímetro territorial mais alargado, que transcenda o espaço da própria comunidade.

Quanto à convivialidade com os amigos, parece ser elevada (71,1%).

No que diz respeito ao tempo de permanência no interior das suas casas, os inquiridos revelam uma forte tendência para se isolarem (46,1%) e há um menor uso/frequência do largo principal da aldeia (52,7%), na medida em que o consideram pouco apelativo, o que contribui para a não apropriação daquele espaço.

Os familiares foram os primeiros (86,3%) a ser convidados para ver as novas casas, sendo perceptível, em todos os inquiridos, uma preocupação de embelezamento e conforto do seu interior (já que, no exterior não podem interferir, de acordo com as normas da EDIA), por forma a recriar e a demarcar o estatuto social de cada um.

Assim, constata-se que, na nova aldeia, o espaço privilegiado em termos identitários, que acaba por ser considerado uma espécie de “refúgio”, é a nova casa (11,5%), seguindo-se o Pavilhão Desportivo com o seu Largo (9,0%) e o Museu (6,4%).

Em sentido oposto, os espaços que os inquiridos menos apreciam e com os que menos se identificam são o Largo Principal (46,2%), a Escola (3,8%) e o Lavadouro (2,6%).

No que se refere aos benefícios trazidos pela barragem, os inquiridos já se aperceberam que não veio mudar significativamente as suas vidas e concluem que não será um factor detonador do desenvolvimento local, nomeadamente da aldeia.

Questionados sobre os benefícios da barragem para o futuro da aldeia, apenas 32,9% responderam que trará mais benefícios. E, quanto ao desenvolvimento concreto do Alentejo, em função da barragem, só 25,0% dos inquiridos estão convencidos que tal acontecerá.



O seguinte QUADRO sintetiza as respostas dos inquiridos a vários itens, numa escala de 1 a 3, onde se constata que os valores médios dos diversos parâmetros se situam, geralmente, abaixo do ponto médio (2), variando a amplitude, em 90,90% dos casos, entre 1 e 3.

**QUADRO Nº 5**  
**APRECIÇÃO DA ALDEIA**

ITENS	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
ESPAÇO DA ALDEIA	77	1	3	1,68	0,895
QUALIDADE DE VIDA NA NOVA ALDEIA	75	1	3	2,01	0,557
CONVÍVIO COM FAMILIARES	77	1	3	1,78	0,476
CONVÍVIO COM AMIGOS	76	1	2	1,70	0,462
CONVÍVIO COM VIZINHOS	77	1	3	1,74	0,548
CONVERSA COM VIZINHOS	76	1	3	1,76	0,486
TEMPO DENTRO DE CASA	76	1	3	2,38	0,632
FREQUÊNCIA DA RUA	74	1	3	1,76	0,569
FREQUÊNCIA DO LARGO PRINCIPAL	74	1	3	1,53	0,602
BENEFÍCIOS DA BARRAGEM PARA FUTURO DA ALDEIA	73	1	3	2,08	0,759
BENEFÍCIOS PARA A ACTIVIDADE DIÁRIA COM A MUDANÇA	75	1	3	1,99	0,507

Para aprofundar a análise, procurámos detectar as correlações existentes entre as variáveis constantes do QUADRO anterior. Como as referidas variáveis estão numa escala ordinal, usámos, para o efeito, o cálculo das correlações não paramétricas do “ró de Spearman”. O resultado permitiu-nos verificar que todas as variáveis têm sempre uma ou mais variáveis com correlação significativa, que vai de muito baixa a moderada, aos níveis de 1,00% ou de 5,00%. A correlação mais elevada detectada é de 0,607, entre Convívio com familiares e Convívio com Amigos. A única correlação negativa, de -0,328, verifica-se entre Tempo dentro de Casa e Tempo de frequência na Rua, na nova aldeia.

Seleccionadas as variáveis, e sabendo que existe correlação significativa entre parte delas, achámos por bem proceder a uma análise factorial.

Este tipo de análise permite identificar um conjunto menor de variáveis hipotéticas (factores), a partir das variáveis iniciais. Como tal, é uma técnica de análise exploratória dos dados. E usa as correlações existentes entre as variáveis originais para estimar o(s) factor(es) comum(ns) e as relações estruturais que ligam os factores às variáveis. Deste modo, determina-se o menor número possível de dimensões que podem sintetizar grande parte da variação encontrada no conjunto das questões analisadas.

Fez-se o teste de validade da análise factorial. Para tal, foi utilizado o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), aplicado à análise das componentes principais, que dá um valor de 0,582, o que significa que a validade é má, ainda que a análise possa ser feita. No entanto, o teste da esfericidade de Bartlett, com um  $\chi^2 = 199,619$ , com 56 graus de liberdade e um nível de significância = 0,000, inferior 0,05, indica que as variáveis estão correlacionadas significativamente e, portanto, pode-se aplicar a análise factorial.



Para extrair os factores, usou-se o método das componentes principais. Foram obtidas quatro componentes, tantas quantas as que apresentaram valores próprios superiores a 1, segundo o critério de KAISER, responsáveis por explicar 62,494 % da variância total.

As componentes obtidas foram, depois, sujeitas a um processo de rotação ortogonal, pelo método de *Varimax*, com o objectivo de subdividir as variáveis iniciais em subconjuntos com o maior grau de independência possível. Foram considerados os valores com saturações  $\geq |0,30|$ , incluindo em cada factor as variáveis que com eles apresentam maiores pesos factoriais.

Posteriormente, procedeu-se à análise da consistência interna dos factores. Esta consiste na proporção da variabilidade nas respostas, resultante das diferenças nos inquiridos, que têm diversas opiniões sobre o que são questionados. Para isso, a partir dos itens de cada factor, calculou-se o respectivo *Alpha de Cronbach*. O resultado está sintetizado no QUADRO Nº 6, onde se apresentam os factores, as saturações, as médias, a percentagem da variância explicada e os coeficientes *Alpha de Cronbach*, com os seguintes valores:

- 0,830 -> consistência interna razoável;
- 0,686 -> consistência interna fraca;
- - 0,099 -> resultado de correlações negativas, não devendo ser considerado.

**QUADRO Nº 6**  
**AVALIAÇÃO DA ALDEIA**

<b>FACTORES</b>	<b>Saturações</b>	<b>Média</b>	<b>% Variância explicada</b>	<b>Coefficiente Alfa de Cronbach</b>
<b>1. Convívio:</b>				
CONVÍVIO COM VIZINHOS	0,867			
CONVÍVIO COM FAMILIARES	0,821			
CONVERSA COM VIZINHOS	0,719	1,7333	23,882	0,830
CONVÍVIO COM AMIGOS	0,675			
<b>2. Benefícios:</b>				
BENEFÍCIOS DA BARRAGEM PARA FUTURO DA ALDEIA	0,844			
QUALIDADE DE VIDA NA NOVA ALDEIA	0,689	2,0507	16,563	0,686
BENEFÍCIOS PARA A ACTIVIDADE DIÁRIA COM A MUDANÇA	0,542			
NÚMERO DE AMIGOS NA NOVA ALDEIA	0,526			
<b>3. Frequência de Sítios:</b>				
FREQUÊNCIA DO LARGO PRINCIPAL	0,776			
TEMPO DENTRO DE CASA	-0,703	1,8874	13,444	-0,099
FREQUÊNCIA DA RUA	0,691			
<b>4. Qualidade do Espaço</b>				
ESPAÇO DA ALDEIA	0,758	1,6753	8,605	

KMO = 0,582

Teste de Bartlett, Prob. = 0.000

Variância total explicada = 62,494%

Foram considerados os valores com saturações  $\geq |0,30|$ , incluindo em cada factor as variáveis que com eles apresentam maiores pesos factoriais.



Das médias dos vários factores, referidas no QUADRO anterior, na escala utilizada de 1 a 3, constata-se que apenas a média do factor “benefícios” se situa ligeiramente acima de 2, o ponto médio. Aliás, a média dos quatro factores é de 1,83: 1,88 para os Homens e 1,78 para as Mulheres, sem diferença significativa entre estas médias. Também não se detectam diferenças significativas por Grupos Etários. O que poderá significar que, volvidos quatro anos após o abandono da antiga aldeia, os luzenses ainda não estavam totalmente adaptados/conformados ao espaço/benefícios da nova aldeia da Luz.

No entanto, segundo o que conseguimos apurar neste inquérito, os habitantes da nova aldeia detêm um enraizamento cultural e territorial considerável, perceptível na relação afectiva com o Alentejo e com todo o espaço envolvente, alicerçado em redes de solidariedade familiar e de vizinhança.

Volvidos estes anos sobre a mudança para a nova aldeia, subsiste, em grande parte dos inquiridos, a nostalgia de algo irrepetível, a tomada de consciência de algo que se deixou para trás e que se perdeu na voragem do tempo e das águas do Guadiana – a antiga aldeia da Luz – sobre a qual só a memória interiorizada de cada um pode recriar e relembrar, transformando-a numa espécie de “mito” colectivo.

É do senso comum afirmar-se que a partilha e a ocupação de um determinado lugar, durante um período de vida média de um indivíduo, gera um sentimento de pertença a esse local. Assim, a readaptação à nova casa, à nova aldeia, aos novos equipamentos colectivos e ao espaço envolvente tem sido feita em função de múltiplas variáveis, e a identificação/adaptação de cada luzense à nova aldeia não se opera de modo idêntico, pois cada indivíduo intui e reage de modo diferente.

Com efeito, face ao mapa sensorial e cognitivo interiorizado, individual e colectivamente, o desvio do que era a norma (a antiga aldeia) deu origem a inadaptações e a resistências psicológicas à recomposição identitária desta comunidade, que se encontra fragmentada, apesar de alguns tentarem manter a “aparência” de uma certa coesão.

Paradoxalmente, em Março de 2006, os Projectos do novo Museu, do Cemitério e da Igreja de Nossa Senhora da Luz (que foi trasladada da antiga aldeia), receberam um prémio atribuído pela *European Union Prize for Cultural Heritage / Europa Nostra Awards*, na categoria de Conservação do Património Arquitectónico. Ou seja, por um lado, temos o património transferido da “antiga aldeia” e os artefactos agrícolas do passado recuperados e expostos no Museu, que são valorizados em termos culturais ao nível internacional, mas, por outro lado, temos uma população que, ao ser compulsivamente deslocada para a nova aldeia, perde parte da sua identidade colectiva.

É certo que o Sistema Global de Regadio de Alqueva, que projecta a instalação de 110 mil hectares de área irrigada, só estará concluído em 2015. Mas, até essa data, que investimentos estão a ser feitos a curto prazo, que integrem os luzenses de forma directa?

Estão a ser estudados e implementados vários projectos de desenvolvimento turístico para as margens da barragem de Alqueva, que se destinam, fundamentalmente, aos forasteiros e turistas. Mas a população da aldeia da Luz, que, entretanto, estará cada vez mais envelhecida, limita-se a viver o dia-a-dia, e os poucos jovens, que por ali ainda permanecem, logo que surja a oportunidade, irão para outras terras com mais hipóteses de futuro. A vinha, a cooperativa agrícola, a adega, os olivais e o parque empresarial prometidos, tardam em surgir e a nova aldeia esvazia-se de gentes<sup>vi</sup>.

Recentemente, dois empresários tentaram fixar residência na aldeia, mas não conseguiram adquirir ou construir casa, nem terrenos para comprar. Hoje, a nova aldeia da Luz tem tudo o que há de mais moderno (internet, televisão por cabo, rede móvel, saneamento básico, etc.), mas os seus habitantes já não têm os caminhos seculares, para se encontrarem e conversarem, e os “ferragiais” e as “tapadas”, para cultivarem e regarem, nos fins de tarde solarengos. Mais das vezes, a aldeia parece um bairro social, onde circulam carros e poucas pessoas. Até o próprio largo da aldeia parece ser pouco convidativo, para justificar uma paragem para uma conversa mais prolongada entre vizinhos, parentes e amigos.



Como corolário desta investigação, pese embora o facto de os resultados obtidos terem ficado aquém das nossas expectativas, em termos de resposta face à amostra seleccionada, não invalida a análise qualitativa e quantitativa realizada, que nos permite inferir sobre a pertinência, oportunidade e acuidade desta investigação sociológica.

#### 4. Conclusão

A água é um recurso único, um património que deve ser protegido, defendido e preservado, e não um mero bem de consumo. As Nações Unidas determinaram que o período de 2005-2015 seria a década internacional para a acção *Água pela Vida*, durante a qual devem ser implementados programas para a utilização sustentada da água. Em certos casos, é sabido que a actividade humana sobre os recursos hídricos já provocou danos irreversíveis. É urgente repensar as diferentes formas de utilização da água, tentando equilibrar, quer o modelo de uso, quer o modelo de conservação, a fim de se alcançar um modelo ecosistémico. As grandes barragens não têm estado à altura do seu papel como “mitos da civilização contemporânea”, símbolos que foram do poder do Homem sobre a própria Natureza. Sob o ponto de vista ecológico e ambiental, começam a ser contestadas um pouco por todo o Mundo, pese embora as grandes barragens que estão a ser construídas na China, na Índia e nalguns países da América do Sul, onde as deslocalizações compulsivas de milhões de indivíduos são uma constante<sup>vii</sup>. Para se obter um desenvolvimento integrado, as pessoas precisam de estar no “centro” do processo de tomada de decisão. Torna-se imperiosa uma justiça ambiental e uma equidade social de todas as partes envolvidas.

Durante o último século, o desenvolvimento económico tem sido o pretexto para a construção de grandes barragens. O que, na generalidade dos casos, deu origem à mobilidade compulsiva de muitas populações, obrigadas a abandonar os seus territórios de pertença, com os inevitáveis impactos sociais que daí advêm.

Portugal ainda não despertou verdadeiramente para a problemática desses impactos, em consequência da construção das barragens. A questão social parece ter vindo a ser subalternizada, aquando da decisão da construção de empreendimentos hidroeléctricos, parecendo que, por vezes, não têm sido incorporados princípios mais abrangentes de responsabilidade social, por forma a minimizar conflitos com as comunidades afectadas.

As deslocalizações compulsivas dos habitantes de Vilarinho da Furna e da Luz constituem, cada uma a seu modo, exemplos paradigmáticos do fenómeno referido.

Daí o interesse desta análise, que esperamos constitua uma achega para o repensar/reformular do(s) modelo(s) de desenvolvimento, ao nível da construção e localização de novas barragens, que, num futuro próximo, podem afectar outras comunidades em termos de identidade territorial.



## BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Manuel de Azevedo (1985). *Vilarinho da Furna, uma aldeia afundada*. Lisboa: Regra do Jogo.
- Antunes, Manuel de Azevedo (1994). *Requiem por Vilarinho da Furna, uma aldeia afundada*, Lisboa: Biblioteca da ULHT.
- Antunes, Manuel de Azevedo (2005). *Vilarinho da Furna, Memórias do Passado e do Futuro*. Lisboa: CEPAD, ULHT.
- Dams, World Commission on (2000). *Dams and Development – A New Framework for Decision-Making*. Versão digital in <http://www.dams.org/report/> (02/05/2008).
- Duarte, Lucinda & Teixeira, Luísa & Santos, Mafalda, (2003). *Aldeias submersas em consequência da construção de Barragens: Vilarinho da Furna (1971); aldeia da Luz, Alentejo (2002) – deslocação das populações e recomposição do seu tecido espacial e social: - continuidade ou descontinuidade?* Lisboa: Universidade Lusófona (Dissertação final para a Licenciatura em Sociologia, policopiada).
- INE. *CENSOS 2001* (versão digital). Lisboa: INE.
- Reino, João Pedro (2002). *Aldeia da Luz - uma aldeia em mudança*. Lisboa: ISCTE (Dissertação de Mestrado, policopiada).

i - Dams, 2000

ii - Antunes, 1985

iii - Antunes, 1994; 2005.

iv - Reino, 2002.

v - Duarte, 2003

vi - De acordo com o Ministério do Ambiente do Brasil, as usinas hidroeléctricas inundam mais de 34 mil km<sup>2</sup> de terras, grande parte cultivável e expulsam cerca de 200 mil famílias directamente atingidas. Na maioria das vezes, essas receberam compensações financeiras irrisórias e foram reassentadas em locais que não asseguram a manutenção das condições de vida anteriores. São comuns problemas de saúde pública em volta das áreas inundadas e de comprometimento da qualidade da água nos reservatórios (CNMA, 21,2003).

vii - Ler artigo intitulado “Sem Luz”, publicado no jornal *Expresso*, de 22 de Julho de 2006, que, de certa forma, corrobora os resultados deste trabalho de investigação.